

Histórico das Relações de Integração Econômica entre Brasil e Argentina e suas influências na Configuração e no Futuro do MERCOSUL

Cristine Schweig
Oscar Camilo Silva Evangelista
Walter Meucci Nique
PPGA/UFRGS

Resumo

Nações do mundo todo têm buscado crescentemente o estabelecimento de parcerias econômicas internacionais a fim de comprar, vender e negociar sua produção. Conseqüentemente, tem-se um cenário econômico mundial caracterizado por elevada interdependência comercial e integração econômica. Atualmente, além da Europa, existem eminentes espaços regionais que estão se organizando consistentemente para a liberalização do comércio entre países. O processo de formação de blocos econômicos regionais na América Latina pode ser considerado como fundamental para a consolidação das estratégias de desenvolvimento de seus países. Um claro exemplo disso é o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), resultado de um longo processo de aproximação entre países do Cone Sul, dentro do qual, teve particular importância o progressivo estreitamento das relações entre Argentina e Brasil. Frente ao constante risco de que sejam reavivadas as históricas rivalidades entre estes países, torna-se um grande desafio alavancar a integração do MERCOSUL.

Palavras-chave: Integração Regional; MERCOSUL; Relações Brasil-Argentina.

Abstract

Nations from all around the world has increasingly been searching to establish international economical partnership in order to buy, to sell and to negotiate their production. Consequently, there is a general economical set characterized by high commercial interdependence and economical integration. Nowadays, as well as Europe, there are eminent regional spaces that are consistently getting organized in order to liberalize the commerce between countries. The process of building up regional economic blocs in Latin America may be consider as essential to the consolidation of the strategies of development of its countries. A good example of this is the Southern Common Market (MERCOSUL), outcome of a lengthy approaching process between countries of the 'Cone Sul', where the increasing narrowing of relations between Argentina and Brazil has been particularly important. Facing the constant risk of bringing back the historical rivalries between the two countries, it becomes a challenge leveraging the MERCOSUL integration.

Keywords: Regional Integration; MERCOSUL; Brazil-Argentina Relations.

Résumé

Les nations dans tout le monde ont graduellement cherché d'établir des partenariats économiques internationaux pour acheter, vendre et négocier sa production. Pour conséquent, il y a un décor commercial mondial caractérisé pour une élevée interdépendance commerciale et d'intégration économique. Actuellement, outre l'Europe, il y a des éminents espaces régionaux qui se sont organisés solidement pour la libéralisation du commerce entre les pays. Le procès de formation des blocs économique régionaux dans l'Amérique Latine peut être pensé comme élémentaire pour la consolidation de las stratégies de développement de leurs pays. Un clair exemple c'est le Marché Commun du Sud (Mercosud), résultat d'un long procès d'approximation entre les pays du 'Cone Sud', dans le quel a eu particulier importance le progressif étroitement de las relations entre Argentine et Brésil. Devant le constant risque de réanimation des disputes et rivalités historique entre les deux pays, il devient un challenge augmenter l'intégration du Mercosud.

Mots Clés : Intégration régionale ; MERCOSUL ; relations Brésil-Argentine.

Introdução

A evidente intensificação das relações de comércio entre países concretiza-se pelo aumento crescente dos processos de comércio internacional, ou seja, da compra ou venda de produtos além das fronteiras do país de origem dos mesmos. Uma análise histórica nos leva à confirmação de que este tipo de comércio teve suas origens na Antigüidade, atravessou a Idade Média marcado por intensas rotas marítimas e, depois de passar por momentos importantes como a Revolução Industrial, chega ao século XXI inserido em um contexto altamente competitivo. Nesse sentido, destaca-se cada vez mais o papel das nações na configuração de cenários propícios ao livre comércio, como mecanismos articuladores das relações entre países, da formação de blocos regionais e de acordos gerais de comércio internacional.

O crescimento dos acordos comerciais regionais nas últimas décadas, promovendo a integração entre países próximos geograficamente, resulta em grandes progressos para os países envolvidos. As empresas e setores dessas nações tornam-se mais propensos a entrar em regiões estrangeiras de maneira conjunta, potencializada e coordenada. Entretanto, a formação destes mecanismos de facilitação da liberalização comercial internacional não ocorre sem pesares. O processo é lento e progressivo, visto que envolve países com diferentes configurações econômicas, políticas e sociais. O caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um exemplo claro disso. Um bloco que possui membros geograficamente próximos, mas que também enfrenta disparidades econômicas, políticas, sociais e culturais.

No caso do MERCOSUL, o fato de o Brasil e a Argentina despontarem como dois países economicamente importantes na América Latina, em comparação com a maioria dos demais, acaba gerando um fenômeno quase previsível: o delineamento histórico das ações que visaram a criação de um bloco econômico regional na América Latina acabaram sofrendo forte influência da aproximação entre Brasil e Argentina. Resultando na criação do MERCOSUL, composto pelos dois países em questão, além do Uruguai e do Paraguai.

É preciso enfatizar ainda, neste cenário, as questões históricas de rivalidade e disputa entre Brasil e Argentina, que foram amenizadas ao longo dos tempos, mas que ainda podem gerar conflitos pontuais. A construção de um bloco regional forte e integrado demanda coordenação afinada entre os países integrantes, bem como superação de rivalidades e dificuldades que possam vir a surgir. O Brasil, assim como a Argentina e todos os países membros e associados ao MERCOSUL, tem papel fundamental nessa busca de cooperação mútua visando a concretização do real objetivo de livre comércio, com benefícios para todos, sem passar por cima de questões individuais, de cada país.

O presente artigo pretende debater essas questões com base nos dados secundários coletados pelos autores. O trabalho está organizado em sete etapas, além da introdução. Primeiramente, é feita a apresentação dos conceitos e fatores envolvidos no processo de integração econômica internacional. Em seguida, são exibidos os principais acontecimentos históricos na busca da formação de parcerias e acordos de integração na América Latina, com ênfase para a formação do MERCOSUL. Na próxima etapa, os autores buscam discorrer sobre o papel das relações entre o Brasil e a Argentina na formação do MERCOSUL. Após, são analisados os principais acontecimentos ocorridos a partir de 1994, tanto no âmbito das relações bilaterais Argentina-Brasil, quanto no cenário mais amplo, do MERCOSUL em si. A seguir, o trabalho apresenta algumas considerações acerca da influência das configurações de poder do Brasil e da Argentina no bloco. Então, são apresentadas as perspectivas futuras do MERCOSUL e das relações Brasil-Argentina. Por fim, os autores fazem algumas considerações acerca da temática debatida ao longo do estudo.

Integração Econômica Internacional

Desde a abertura do comércio internacional nos anos 1990, as nações buscam crescentemente o estabelecimento de parcerias econômicas internacionais a fim de comprar, vender e negociar sua produção. Como consequência, tem-se um cenário econômico mundial caracterizado por elevada interdependência comercial entre países, com forte integração econômica internacional. Os relatos que definem esse fenômeno são diversos, entretanto, pode-se destacar o conceito de integração econômica trazido por Garcia (*apud* GRÜNDLING, 2007):

“[...] processo de constituição de um mercado integrado, em uma região contígua ou não, a partir da retirada progressiva das barreiras de comércio, podendo estender-se a livre circulação dos fatores de produção e à criação de instituições que possam coordenar e/ou unificar as políticas econômicas de seus Estados-membros.”

Tendo em vista que o grau de integração econômica pode variar, surgem diferentes possibilidades de integração entre países, os quais estão diretamente relacionados ao histórico de relações desenvolvidas pelos atores da relação. Basicamente, nota-se a existência dos seguintes tipos de processos de integração (BALASSA, 1980; SALVATORE, 2000):

- *Acordo Comercial Preferencial (ACP)*: forma mais simples de integração, permite às nações participantes a utilização de barreiras comerciais menos elevadas do que as relativas ao comércio realizado com outros países;
- *Zona de Livre Comércio (ZLC)*: os direitos e as restrições quantitativas são abolidos entre países participantes, mas cada país mantém suas pautas em relação aos países não-membros;
- *União Aduaneira (UA)*: além do que ocorre na ZLC, há a equalização dos direitos em relação ao comércio com países não membros, com a criação de uma tarifa externa comum (TEC);
- *Mercado Comum (MC)*: são abolidas não apenas as restrições comerciais, mas também as de movimento dos fatores produtivos;
- *União Econômica (UE)*: abrange, além das características do MC, certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais;
- *Integração Econômica Total (IET)*: pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, exigindo o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são obrigatórias para os Estados-membros.

Conforme Gründling (2007), os efeitos de um processo de integração econômica podem ser traduzidos tanto em benefícios quanto em custos para a nação. Sendo que a avaliação desses efeitos envolve aspectos como tecnologia, especialização, economias de escala, concorrência, entre outros. Com base em premissas trazidas pelo estudo de Viner (1950), pode-se verificar que a ampliação dos mercados proporcionada pela integração econômica pode gerar desde desvios de comércio, via substituição da produção interna por importações (tido como fator negativo), até ganhos de escala proporcionados pela união de mercados (visto como fator positivo). Frente a essas ambigüidades trazidas pelo processo de integração, os interesses de cada nação tendem a ser ponderados, e as negociações entre os países envolvidos adquirem caráter primordial para o sucesso ou fracasso da integração.

O caráter regional e multilateral do processo de integração econômica assumido pela internacionalização dos mercados é um fator importante de análise. Para Waquil (1996), o termo integração internacional apresenta-se, com frequência, dividido nesses dois níveis: regional e multilateral. O primeiro refere-se à integração de duas ou mais nações dentro de um bloco baseado no princípio de preferências, através da determinação de tarifas preferenciais aos países participantes. Já o nível multilateral trata do mesmo fenômeno de eliminação de barreiras tarifárias, mas em escala global, ou seja, busca estabelecer o livre comércio por meio de acordos internacionais com países de outros blocos econômicos.

Os multilateralistas defendem o aprofundamento da liberalização em escala mundial de intercâmbio entre países, baseando-se principalmente, conforme afirma Gründling (2007), no argumento do desvio de comércio gerado pelos acordos regionais. Segundo seus defensores, a solução multilateral seria a única capaz de garantir a maximização do bem-estar econômico dos agentes envolvidos no mercado mundial. Para eles, os Acordos Regionais de Comércio (ARC) representam uma restrição ao objetivo primordial do comércio mundial, o livre comércio.

Por outro lado, os defensores dos processos de regionalização, como Krugman (*apud* SABATINNI, 2001) afirma que os esquemas normativos de integração regional seriam estimulados e ao mesmo tempo estimulariam o comércio intra-industrial e o aproveitamento de economias de escala, capacitando as economias regionais para inserções mais dinâmicas no cenário mundial. Para estes autores, os acordos regionais seriam uma etapa construtiva rumo a uma postura de liberalização cada vez maior. Ou seja, esse tipo de acordo está em sintonia (e não se opõe) ao objetivo de liberalização comercial global.

O que se nota no cenário mundial é que o processo caracterizado pela formação e fortalecimento de blocos regionais vem crescendo em relação aos acordos multilaterais de comércio. Hoje, a grande maioria dos membros da OMC é parte de um ou mais acordos regionais. Segundo Gründling (2007), esse panorama é influenciado pelas dificuldades encontradas nos acordos multilaterais, visto que a formação de áreas de livre comércio entre países distantes, por exemplo, envolve nações com características demasiadamente distintas. Em negociações multilaterais, essas distinções acabam caracterizando-se como empecilhos, e podem atrapalhar o processo como um todo.

A formação dos espaços regionais de integração é considerada por Porto e Flores Jr. (2006) uma via de aproximação do livre-comércio mundial. Nesse sentido, Cable (1994) afirma que os blocos permitem a atenuação dos nacionalismos econômicos, com o aumento da consciência da vantagem e mesmo da necessidade de uma maior interdependência; ou que de qualquer modo se ganha uma experiência útil de abertura comercial. Assim, países unem-se em blocos a fim de unificar regras comerciais e sistemas de negociações, bem como participar de negociações em mercados internacionais com maior peso político-econômico.

Atualmente, além da Europa, são destaque os diferentes espaços regionais que estão se organizando com uma consistência assinalável na liberalização do comércio entre países. Segundo Valladão (2008), os acordos regionais existentes na América Latina variam em sua natureza, alguns com foco apenas em regimes de acordos preferenciais, outros um pouco mais ambiciosos, inspirados na configuração da União Européia. De qualquer forma, os países têm uma clara noção de que somente por meio da ampliação e aprofundamento dos acordos de integração com as nações vizinhas, bem como com outras regiões do mundo, será possível atingir um futuro mais promissor.

A Busca da União Latino-Americana

O processo de formação de blocos econômicos regionais na América Latina pode ser considerado como um fator fundamental para a consolidação das estratégias de desenvolvimento de seus países. Segundo Porto e Flores Jr. (2006), depois de iniciativas de maior dimensão territorial nos anos 1960 e 1980, com ambição institucional, mas sem um compromisso real de abertura das economias, surgiram blocos mais localizados, e com um relevo econômico maior, como é o caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

No decorrer da história latino-americana houve, segundo Hage (2004), algumas implementações de experiências de integração regional que antecederam e contribuíram para o estabelecimento do MERCOSUL. Desde 1889, com a Conferência Pan-Americana de Washington, passando pela criação da CEPAL em 1948, pela criação da ALALC em 1960, da ALADI em 1980, até o Tratado de Assunção, em 1991. Essas etapas antecedentes à criação de um Mercado Comum, apesar de não terem logrado o sucesso esperado, foram essenciais para o aprendizado e a evolução das negociações e relações entre os países envolvidos. As mesmas são relatadas a seguir (quadro 1).

Período	Evento	Descrição e Objetivos
1889 e 1890	Conferência Pan-Americana de Washington	Congresso com a maioria dos países americanos com o objetivo de criar uma União Alfandegária para o continente. Apesar de não alcançar o objetivo, foi o embrião da Organização dos Estados Americanos (OEA), hoje tão importante no cenário político e econômico dos países das Américas.
1948	Criação da CEPAL (Comitê Econômico para a América Latina) e do CCC (Comitê do Comércio da CEPAL)	Buscava o estabelecimento do conceito de cooperação regional através de um sistema de preferências comerciais. Criação de um mercado regional restrito a poucos países e poucos produtos.
1958 e 1959	Primeira e Segunda Reunião de Consulta Sobre Política Comercial do Sul do Continente	Organizada por Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, em Santiago (Chile), com apoio da CEPAL, pretendia fazer com que os Estados participantes adotassem políticas de liberalização comercial. Inspirou a criação da ALALC.
1960	Tratado de Montevideú para a criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio)	Visava acelerar o desenvolvimento econômico da região latina através de uma complementação progressiva e uma integração dos países seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Intuito de formar um Mercado Comum, de industrializar e diversificar a economia do subcontinente. Princípios defendidos: (1) eliminação gradual das barreiras alfandegárias em 12 anos; (2) reciprocidade - nenhuma das partes contratantes poderia desfrutar benefícios superiores para aqueles a quem outorga; (3) todas as vantagens que um contratante concede a outro país (que pertence ou não à ZLC), se estenderão automaticamente às outras partes contratantes.
1961 a 1967	Ampliação da ALALC	Adesão de mais quatro países à ALALC: Colômbia e Equador (1961); Venezuela (1966) e Bolívia (1967).

Período	Evento	Descrição e Objetivos
1980	Tratado de Montevideú para a criação da ALADI (Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio)	Visava o desenvolvimento econômico e social harmônico e equilibrado na região, focando a promoção e regulação do comércio recíproco, a complementação econômica e o desenvolvimento de ações de cooperação. Princípios: pluralismo; convergência; flexibilidade; e tratamento diferenciado.
1984	Conferência Econômica Latino-Americana	Ocorreu em Quito (Equador) e buscava a superação de conflitos e diferenças entre os países latinos. Evento que marcou a retomada dos esforços de integração.
Março de 1991	Tratado de Assunção	Resultou na constituição do MERCOSUL, uma ZLC entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com o intuito de formar, no futuro, um Mercado Comum. Seus principais objetivos: livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países membros; tarifa externa comum e política comercial comum; coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados membros.
Dezembro de 1991	Protocolo de Brasília	Estabelecimento de regras para a solução de controvérsias entre os países membros do bloco
1994	Protocolo de Ouro Preto	Estabelece a estrutura institucional definitiva do MERCOSUL e lhe confere personalidade jurídica internacional. Formação de uma União Aduaneira entre os países membros: adoção de uma tarifa externa comum e de instrumentos de política comercial; criação de normas para operacionalização aduaneira; regulação de aspectos vinculados ao comércio intra-MERCOSUL.

Quadro 1 – Episódios antecedentes e a formação do MERCOSUL

Fonte: elaborado pelos autores

O insucesso dessas primeiras tentativas de desenvolver ações de cooperação com o intuito de gerar o desenvolvimento econômico e social harmônico e equilibrado na região da América Latina deve-se a diversos fatores. Segundo Hage (2004), o malogro no caso da ALALC, na década de 1960, ocorreu devido à rigidez dos mecanismos de liberalização comercial, à instabilidade política vivida pela região por causa da ascensão de governos nacionalistas e ao projeto de substituição das importações vigente.

A ação de integração seguinte ocorreu em 1980, com a criação da ALADI. Para Hage (2004), a ALADI visou à redemocratização da América Latina, por meio da criação de um novo acordo que superasse o clima de competição sob inspiração geopolítica e da política de poder entre os países do subcontinente, e para constituir resistências comuns à crise econômica resultante da crise do petróleo. Entretanto, segundo Porto e Flores Jr. (2006), a diversidade de seus membros, com diferentes problemas e pontos de vista (países do Cone Sul – parte meridional da América do Sul –, duas nações andinas, além do par Colômbia e Venezuela, o Brasil e, muito ao norte, o México) foi responsável por negociações extremamente cansativas e pouco produtivas.

Em março de 1991, finalmente consegue-se atingir a idéia de proposição de um Mercado Comum por meio do Tratado de Assunção. Envolveram-se no processo quatro países da América do Sul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Por meio do referido tratado, o MERCOSUL se estabeleceu, primeiramente, como Zona de Livre Comércio. Isso significa, segundo Hage (2004), que os quatro países membros buscariam aumentar as trocas

comerciais entre si, bem como procurar diminuir, gradualmente, restrições alfandegárias até então não resolvidas pelas tentativas anteriores. Porto e Flores Jr. (2006) apontam para a semelhança entre o Tratado de Assunção e o tratado de Roma, de 1857, que estabeleceu as Comunidades Europeias, base da atual União Européia. Sendo assim, nota-se que o MERCOSUL é a única outra integração recente que, desde o seu início, almeja a criação de um mercado comum interno, que visa a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas.

Já em dezembro de 1991, foi criado o Protocolo de Brasília, visando preencher lacunas do tratado de Assunção, estabelecendo regras para a solução de controvérsias entre os países membros do MERCOSUL. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2008), em cumprimento ao disposto no Artigo 3 e no Anexo III do Tratado de Assunção, por meio do referido protocolo, os Estados membros do bloco se comprometeram a adotar um 'Sistema de Solução de Controvérsias'. Reconhecem assim, a importância de dispor de um instrumento eficaz para assegurar o cumprimento do mencionado Tratado, bem como o fato de que o Sistema de Solução de Controvérsias contido no Protocolo pode contribuir para o fortalecimento das relações entre as Partes com base na justiça e na equidade.

Outro fator desafiador da plena formação do MERCOSUL foram os prazos estabelecidos para sua efetivação, os quais não ocorreram conforme o planejado. Portanto, por meio do Protocolo de Ouro Preto, datado de dezembro de 1994, postergaram-se as ações relacionadas à concretização do MERCOSUL. Ainda, estabelece-se a estrutura institucional do mercado comum, que lhe conferiu personalidade jurídica internacional. O que, segundo Porto e Flores Jr. (2006), permitiu ao MERCOSUL contratar, adquirir e dispor de bens móveis e imóveis, comparecer em juízo e manter fundos, realizar operações bancárias, fechar acordos internos, bem como negociar e assinar acordos com países externos, grupos de países e organizações internacionais. A partir de então, o bloco se transforma numa União Aduaneira, estágio superior à Zona de Livre Comércio antes estabelecida.

Para Flores (2005), os problemas que surgiram na criação do MERCOSUL não se prendiam apenas ao alargamento do diálogo entre os países-membros, mas também às flagrantes diferenças entre as características econômicas dos maiores parceiros – Brasil e Argentina – em relação ao Paraguai e ao Uruguai. Independente das dificuldades encontradas pelo caminho, o autor acredita que a construção desse bloco regional periférico, plena de simbolismos e representando uma visão de regionalismo aberto, foi um marco de referência democrática dos países que o integram. Nesse sentido, é importante destacar a participação dos Estados Associados na formação do MERCOSUL, que são a Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador e o Peru. Ainda há o caso da Venezuela, considerada um Estado Membro em processo de adesão, e que se tornará membro pleno uma vez que esteja em vigor o Protocolo de Adesão da Republica Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, lançado em 2006. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2008), sua existência justificase em função do compromisso do MERCOSUL com o aprofundamento do processo de integração regional, via intensificação das relações com os países da ALADI.

O Papel das Relações Brasil-Argentina na Formação do MERCOSUL

Pelo fato do MERCOSUL ser formado, a princípio, por duas duplas de países com consideráveis diferenças econômicas – os maiores parceiros, Brasil e Argentina, em relação ao Paraguai e ao Uruguai – surge o questionamento acerca do que – e quem – realmente contribuiu para a formação do bloco. Segundo Porto e Flores Jr. (2006), pode-se dizer que o MERCOSUL é o resultado de um longo processo de aproximação entre os países do Cone Sul, dentro do qual, teve particular importância o progressivo estreitamento das relações entre Brasil e Argentina. Porém, os autores discordam da premissa (segundo eles minimalista) de

que o MERCOSUL nada mais seria do que a consolidação de um desejo de integração entre Brasil e Argentina e que, por motivos históricos e geográficos quase óbvios, incluiu o Paraguai e o Uruguai.

Entretanto, o que se nota é que os principais esforços e articulações envolvidos na formação do MERCOSUL estão intimamente relacionados às relações entre Brasil e Argentina, as maiores economias do bloco. Segundo Candeas (2005), embora a vontade brasileira e argentina de se integrar numa União Aduaneira tenha sido anterior à década de cinquenta, o primeiro passo importante na aproximação dos dois países foi a assinatura da "Declaração de Iguazu", em 1985, pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, na qual os dois países se mostravam dispostos a acelerar o processo de integração bilateral.

Assim, especialmente os acontecimentos da segunda metade da década de 1980 deixam claro que os esforços de aproximação entre Brasil e Argentina coincidem com a assinatura do tratado de Assunção, em 1991. Os principais acontecimentos que antecederam a criação do MERCOSUL relacionando as duas nações são descritos abaixo (quadro 2).

Ano	Evento	Descrição e Objetivos
1985	Assinatura da Declaração de Iguazu	Confirmou a disposição de Brasil e Argentina em acelerar o processo de integração bilateral.
1986	Criação da Comissão de Execução do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)	Assinatura da Ata para Integração Argentino-Brasileira, que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre os dois países, visando a abertura seletiva dos respectivos mercados e estímulo à complementação de setores específicos de suas economias.
1988	Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento	Visou constituir, em um prazo de dez anos, um espaço econômico comum entre Brasil e Argentina. Assinatura de 24 Protocolos específicos.
1990	Ata de Buenos Aires e Acordo de Complementação Econômica	Fixação da data para a conformação definitiva de um Mercado Comum, 31 de dezembro de 1994. O Acordo de Complementação incorporou os 24 Protocolos assinados em 1988.

Quadro 2 – Fatos marcantes entre Brasil e Argentina que antecederam a criação do MERCOSUL

Fonte: elaborado pelos autores

Em 1986, Alfonsín e Sarney assinaram a Ata para a Integração Brasileiro - Argentina e criaram a Comissão de Execução do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) binacional. Tal Ata baseava-se nos princípios que mais tarde viriam a nortear o Tratado de Assunção: flexibilidade (para permitir ajustes no ritmo e nos objetivos), gradualismo (avanços em etapas anuais), simetria (para harmonizar as políticas específicas que interferem na competitividade setorial) e equilíbrio dinâmico (para propiciar uma integração setorial uniforme). Assim, a partir de um enfoque gradualista, buscava-se estender o processo de integração a outros países da América do Sul, a começar pelo Cone Sul.

Conforme relata Candeas (2005), em 1988 ocorre um terceiro salto qualitativo na relação bilateral, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que estabelece prazo de dez anos para a conformação do espaço econômico comum. Na oportunidade, foram assinados 24 Protocolos sobre diversos setores, tais como: bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, indústria automotriz, cooperação nuclear, transporte marítimo e transporte terrestre. Segundo Hage (2004), este tratado previu a

completa eliminação de barreiras ao comércio entre os dois países, a adoção de uma TEC e a coordenação de políticas macroeconômicas; isso ao abrigo do sistema jurídico da ALADI, formada em 1980. Para o autor, o citado tratado substanciado pelo Brasil e pela Argentina antecipou alguns dos importantes temas que foram integrados ao MERCOSUL, em 1991.

Seguindo a análise histórica das relações e negociações entre Brasil e Argentina destaca-se a eleição de Carlos Menem, na Argentina, em 1989. Segundo Candeas (2005), sua política externa buscou reverter a imagem de um país imprevisível, trazendo de volta a Argentina ao “posicionamento normal” de alianças tradicionais com o Ocidente, diferenciando-se da “heterodoxia” das décadas precedentes. Em 1990, os presidentes Menem e Fernando Collor assinam a Ata de Buenos Aires, que se caracterizou como o auge dos processos de negociações desenvolvido até então. Por meio desta Ata reduziu-se o prazo de estabelecimento de um espaço econômico comum para cinco anos, ou seja, até 1995, sendo que o objetivo passou a ser claramente a criação de um mercado comum. Em dezembro do mesmo ano foi assinado o Acordo de Complementação Econômica Número 14 entre os dois países, incorporando os 24 Protocolos anteriormente citados, que se constituiu no referencial adotado, posteriormente, no Tratado de Assunção.

Segundo Candeas (2005), o método de construção da estabilidade do relacionamento Argentina-Brasil evoluiu da cooperação para a integração, conforme demonstra a figura 3. Analisando o fenômeno de cooperação Brasil e Argentina sob uma perspectiva mais ampla, o autor afirma que as aproximações entre os dois países ocorreram até os anos 70 de forma irregular e se intensificaram desde os anos 80.

Períodos	Relações Brasil-Argentina
1810 – 1898	Instabilidade estrutural com predomínio da rivalidade.
1898 – 1961	Instabilidade conjuntural e busca de cooperação, com momentos de rivalidade.
1962 – 1979	Instabilidade conjuntural com predomínio da rivalidade.
1979 – 1988	Construção da estabilidade estrutural pela cooperação.
1988 em diante	Construção da estabilidade estrutural pela integração.

Quadro 3 – Cronologia e Caráter das Relações Brasil e Argentina
Fonte: Adaptado de Candeas (2005)

Essa constatação sugere que a natureza do relacionamento com o Brasil passou de conjuntural a estrutural, independentemente do regime político (ditadura, democracia) ou da situação econômica (inflação, crise, estabilidade, crescimento). Por outro lado, é evidente que o aprofundamento da democracia e do desenvolvimento econômico fortaleceu estruturalmente a relação bilateral, no sentido de maior integração.

As Relações Bilaterais Brasil-Argentina e o MERCOSUL a partir de 1994

Alguns anos após a configuração do MERCOSUL, fatos relevantes ocorreram no que diz respeito ao seu estabelecimento e sua evolução. Em 1996, a Bolívia e o Chile adquiriram o status de países associados do bloco, porém ainda não-membros. Já em 1997, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem consagram, na Declaração do Rio de Janeiro, o conceito de Aliança Estratégica entre o Brasil e a Argentina – o que reforçava o caráter de integração entre as duas maiores potências do bloco. Depois, em 1998, conforme indica o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2008), por meio do Protocolo de Ushuaia,

foram reafirmados os princípios e objetivos do Tratado de Assunção, assim como os Acordos de Integração celebrados entre o MERCOSUL e os países da Bolívia e do Chile.

Entretanto, segundo Candeas (2005), as relações bilaterais Brasil-Argentina, são severamente afetadas pela desvalorização do real, em 1999. Domingo Cavallo (então Ministro da Economia da Argentina, no mandato do presidente Fernando de La Rúa) se pronuncia radicalmente contra os efeitos da desvalorização do real, por considerá-la propositadamente contra a Argentina. Aliado a este cenário de conflitos bilaterais, a deterioração social e a desordem econômica da Argentina chegam a níveis insustentáveis, culminando com a renúncia do presidente De La Rúa, em 2001, e conseqüentemente influenciando negativamente as relações do MERCOSUL.

A partir de 2002, com o mandato de Eduardo Duhalde, seguido pela presidência de Nestor Kirchner, o cenário econômico da Argentina começa a mudar lentamente. Segundo Candeas (2005), o Brasil foi visto, neste período, como parceiro fiel, visto que empresas brasileiras deram mostra de visão estratégica e investiram numa Argentina em crise. Ainda em 2002, tratando especificamente de assuntos relacionados ao MERCOSUL, foi criado o Protocolo de Olivos. Conforme Porto e Flores Jr. (2006), o mesmo estendeu o sistema de solução de controvérsias estabelecido pelo Protocolo de Brasília, em 1991. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2008), o referido Protocolo reconhece que a evolução do processo de integração no âmbito do MERCOSUL requer o aperfeiçoamento permanente do sistema de solução de controvérsias, a fim de garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento dos instrumentos fundamentais do processo de integração e do conjunto normativo do MERCOSUL.

Em 2003, os presidentes Lula assinam o Consenso de Buenos Aires. Em 2004, ambos voltam a se encontrar no Rio de Janeiro e assinam a Ata de Copacabana. Esses documentos apontam para a necessidade de buscar um desenvolvimento econômico com equidade e reiteram a aliança estratégica entre os dois países. Conseqüentemente, tais ações acenam para o fortalecimento e a reiteração das boas relações necessárias entre os dois países para o bom andamento do próprio MERCOSUL.

Apesar das ações em busca da manutenção e aperfeiçoamento das relações Brasil e Argentina e também do MERCOSUL, em 2004 as medidas protecionistas anunciadas pelo presidente Kirchner às vésperas das Cúpulas do MERCOSUL e suas críticas feitas à atuação da Petrobras na Argentina afetaram novamente o relacionamento bilateral (CANDEAS, 2005). Entretanto, mesmo com o surgimento dessas questões setoriais, Brasil e Argentina mantêm alto nível de entendimento e coordenação, no âmbito do MERCOSUL, nas negociações dos acordos com os Estados Unidos e a União Européia, bem como do regime global de comércio na OMC.

Uma das mais recentes ações visando o fortalecimento das relações entre o Brasil e a Argentina foi a formalização, em setembro deste ano, do acordo para que as trocas comerciais entre os dois países passasse a ser feitas em reais e pesos argentinos. Segundo o Banco Central do Brasil (2008), o SML (Sistema de Pagamentos em Moeda Local) é um sistema de pagamentos destinado a operações comerciais que permite aos importadores e exportadores brasileiros e argentinos a realização de pagamentos e recebimentos em suas respectivas moedas. Seus maiores objetivos são: aumentar o nível de acesso dos pequenos e médios agentes; possibilitar o comércio exterior nas moedas locais; aprofundar o mercado Real / Peso Argentino; e reduzir os custos das transações. Fica evidente assim, o pioneirismo e a importância das ações envolvendo o Brasil e a Argentina no contexto do MERCOSUL.

Influência das Configurações de Poder nas Relações do MERCOSUL

Mesmo dentro do âmbito de integração entre os países membros proposto pelo MERCOSUL, as relações de poder entre os integrantes do bloco são muito claras. Do ponto de vista do comércio internacional, por exemplo, desde o início Brasil e Argentina são responsáveis por cerca de 80% a 90% da corrente comercial interna do MERCOSUL (calculada pela soma das importações e exportações entre os países do bloco). Ao se analisar a corrente comercial exterior ao MERCOSUL – ou seja, importações e exportações dos países do bloco com o resto do mundo, a dimensão do poder comercial de Brasil e Argentina fica ainda mais evidente, uma vez que ambos detêm em torno de 95% das transações comerciais com os demais países que não pertencem a este mercado comum. A figura 1 mostra a série histórica da corrente comercial do MERCOSUL a partir de 1990.

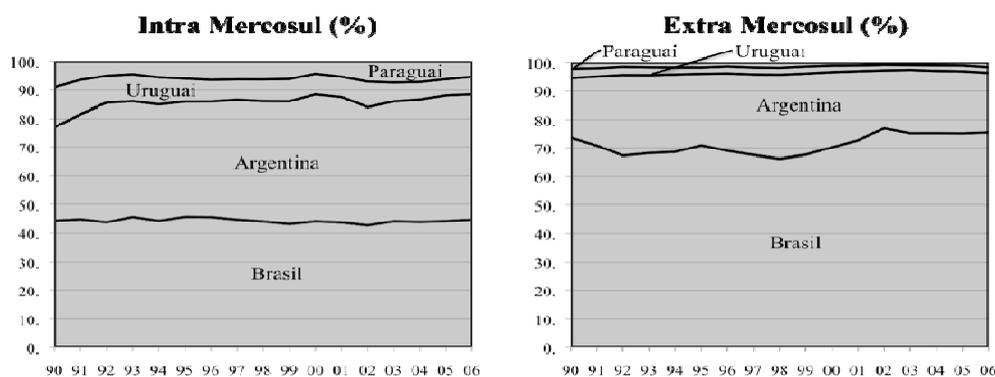


Figura 1 – Participação percentual dos países membros na corrente comercial do MERCOSUL (1990-2006)
Fonte: Centro de Economia Internacional (2008)

Um estudo mais detalhado revela algumas considerações importantes acerca do comércio internacional do MERCOSUL. Se, por um lado, os dados do Centro de Economia Internacional (2008) mostram que o volume da corrente comercial total dos quatro integrantes do bloco aumentou sensivelmente a partir de 1990 (passou de US\$ 74 bilhões para US\$ 325 bilhões em 2006), pode-se perceber que a importância relativa dos dois maiores países do MERCOSUL não sofreu grandes oscilações durante este período. Enquanto o Brasil respondia por aproximadamente 70% da corrente comercial em 1990 e também em 2006 (totalizando US\$ 52 bilhões no primeiro período e US\$ 229 bilhões no segundo), a Argentina tinha em torno de 22% em 1990 (US\$ 16 bilhões) e 25% em 2006 (US\$ 80 bilhões), relegando Uruguai e Paraguai ao papel de meros coadjuvantes comerciais.

Mesmo com a evidente polarização do MERCOSUL entre Brasil e Argentina, a divisão de poder e influência entre os dois países não é igualitária, sendo o Brasil o lado mais forte desta relação. Não por acaso, razões comerciais, econômicas, geográficas e políticas fazem com que o Brasil seja apontado como a liderança natural do MERCOSUL e, por conseguinte, da América do Sul.

Medeiros (2000) aponta duas justificativas para a hegemonia brasileira no MERCOSUL. Em primeiro lugar, o Brasil representa aproximadamente dois terços da população, do território e do PIB do MERCOSUL. Por conta disso, possui uma posição de força inegável, que lhe confere uma postura de líder frente a seus parceiros de bloco. Além disso, o Brasil pode ser considerado um *global trader*, uma vez que, além da sua relevância econômica, apresenta um certo equilíbrio e diversidade na esfera comercial. De fato, o Brasil faz parte do grupo dos quatro principais países emergentes do mundo, junto com Rússia, Índia e China – daí surge a sigla que caracteriza o grupo, BRIC), cujas economias poderiam rivalizar com as maiores do planeta por volta de 2035 (O'NEILL, 2007). Porém, esta posição

de destaque tanto no cenário sul-americano como mundial dá lugar a um contratempo importante: além dos antagonismos com a esfera regional (principalmente com a Argentina), o Brasil deve considerar também os que permeiam a escala global. E, se no MERCOSUL o país mostra condições plenas de liderança, na escala mundial as relações de poder se invertem, com Estados Unidos, União Européia e Japão despontando como pólos hegemônicos nítidos frente a um Brasil enfraquecido (MEDEIROS, 2000).

Outra razão para a liderança brasileira no MERCOSUL é apontada por Bandeira (2003) como um dos motivos da aproximação dos Estados Unidos ao MERCOSUL e sua potencial inclusão na ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas). Além de fazer fronteira com quase todos os países da América do Sul, o Brasil pode ser considerado a maior potência econômica da região, visto que possui não só o décimo PIB do mundo e o maior entre os países latino-americanos – US\$ 1,314 trilhão em 2007 (BANCO MUNDIAL, 2008) – mas também o maior mercado consumidor do subcontinente. Por conta disso, a visão dos Estados Unidos é que uma relação estratégica com o Brasil é, na verdade, uma relação estratégica com a América do Sul (BANDEIRA, 2003).

Perspectivas Futuras

Segundo Porto e Flores Jr. (2006), apesar do grande número de dificuldades e dos choques externos que por vezes perturbam o delicado equilíbrio macroeconômico que Argentina e Brasil procuram alcançar, o projeto do MERCOSUL pode ser considerado vitorioso. Uma das mais importantes razões para esta vitória é a chamada cláusula democrática, que garante a preservação do regime democrático em todos os países membros e, indiretamente, nos outros países da América do Sul.

Entretanto, alguns percalços ainda são presentes no caminho para o êxito completo do MERCOSUL. Um dos grandes desafios do bloco, além da consolidação da união aduaneira, é a coordenação macroeconômica entre seus quatro membros, sem a qual será muito difícil que haja o necessário aprofundamento do MERCOSUL (PORTO; FLORES JR., 2006). Da mesma forma, o Brasil, em conjunto com a Argentina, deve liderar o processo de integração sul-americana por meio de uma aproximação com a Comunidade Andina (CAN), visto que quanto mais forte se configurar o bloco sul-americano, melhores serão as perspectivas em relação à interação comercial com outros blocos, como a União Européia e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). A atuação perante outros blocos regionais também abre espaço para configurações variadas.

O contraponto entre a influência dos Estados Unidos (na forma da ALCA) e da União Européia na América do Sul é uma destas configurações. Sem uma atuação mais ativa da União Européia na América Latina, há uma maior probabilidade de os países do continente conectarem-se definitivamente aos Estados Unidos, principalmente considerando-se a América Central (PORTO; FLORES JR., 2006). Uma vez que outras nações realizem esta aproximação, as pressões continentais para que o MERCOSUL (e, conseqüentemente, Brasil e Argentina, as duas maiores forças de resistência à hegemonia norte-americana na América do Sul) também siga o mesmo caminho e se integre à ALCA poderiam tornar-se demasiado intensas. Neste cenário, uma aproximação entre MERCOSUL e União Européia apareceria como uma porta de entrada para o bloco europeu no sentido de aumentar sua presença na América Latina. Por outro lado, esta poderia ser a saída para que os interesses dos Estados Unidos não tenham uma influência exagerada nas alianças internacionais de Brasil e Argentina.

Outro problema que atrapalha o desenvolvimento do MERCOSUL como um bloco regional forte perante outros é, de acordo com Magalhães (2003), a perspectiva de resultados positivos somente por meio de abertura comercial, aproveitando as oportunidades proporcionadas pelo mercado. Mais do que isso, os países do MERCOSUL deveriam pensar em uma política industrial conjunta, capaz de permitir uma inserção mais ampla de Brasil e Argentina no mercado internacional (e, conseqüentemente, Paraguai e Uruguai), ou mesmo de atender melhor ao mercado interno ampliado. Assim, o MERCOSUL deveria se tornar a base de uma política industrial conjunta entre Brasil e Argentina, como objetivo de criar vantagens comparativas em setores mais dinâmicos do mercado mundial e de maior valor agregado. Em resumo, o MERCOSUL deixaria de ser um fim em si mesmo, para se tornar um instrumento que possibilite uma estratégia de crescimento externo, desenhada em conjunto pelos dois maiores países de bloco.

A configuração dos fluxos comerciais dentro do bloco sul-americano dá a idéia do papel que cada país poderia assumir dentro de uma política industrial conjunta. Analisando o impacto relativo que as transações dentro e fora do MERCOSUL têm na corrente comercial de cada país (figura 2), pode-se perceber que o Brasil é o membro menos dependente do comércio interno ao bloco (apenas 10% do total). A Argentina, por sua vez, ocupa uma posição intermediária, ao passo que Paraguai e Uruguai são os membros mais dependentes das transações internas ao MERCOSUL. Obviamente, por causa das diferenças de tamanho em relação às economias dos países membros do MERCOSUL, pode-se deduzir que um pequeno acréscimo nas transações comerciais intra-bloco por parte do Brasil causaria grande impacto nas duas economias menores. Dessa forma, seria interessante para Uruguai e Paraguai buscar uma maior integração econômica com o Brasil (e, em menor escala, com a Argentina), de modo que as transações comerciais brasileiras exteriores ao MERCOSUL possam, indiretamente, alavancar as transações internas com os países menos expressivos.

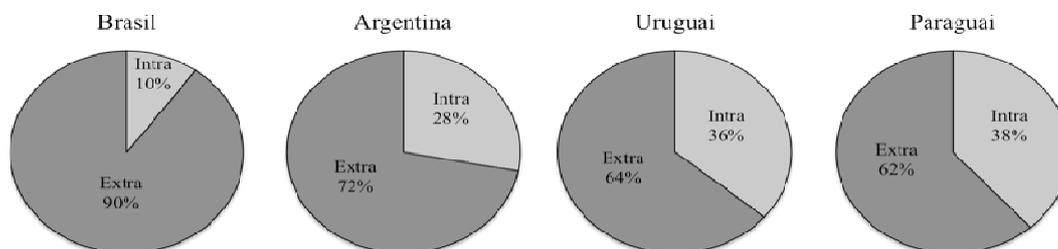


Figura 2 – Participação percentual do comércio intra e extra-bloco na corrente comercial do país (2006)

Fonte: Centro de Economia Internacional (2008)

Assim, no caso do Brasil, onde 90% da corrente comercial é composta por transações exteriores ao MERCOSUL, a integração dentro do bloco é importante para dar maiores condições de competitividade no cenário mundial. A Argentina, em grau um pouco menor, também depende desta integração para garantir que sua economia seja competitiva em relação aos atores globais. Uruguai e Paraguai, por sua vez, poderiam beneficiar-se de uma maior parcela de transações intra-bloco para, alavancados pela demanda das duas maiores economias do MERCOSUL, fortalecerem suas economias principalmente nas relações com Brasil e Argentina. Dessa forma, e ampliando o plano de integração gradativamente para os outros países da região, o MERCOSUL pode ser o ponto de partida, bem como o catalisador, para que no futuro a América do Sul possa competir em condições mais parelhas com os países e blocos regionais mais desenvolvidos.

Considerações Finais

Tendo em vista o delineamento do presente trabalho em torno do panorama histórico da integração Brasil e Argentina e sua influência no MERCOSUL, os autores consideram importante debater e realizar propostas para o possível papel de cada um dos países pertencentes ao MERCOSUL. Por isso, as sugestões são estruturadas com base em duas questões que mereceram destaque ao longo do presente trabalho: a integração interna entre os países do MERCOSUL e a integração externa com outros blocos, em maior grau com a União Européia.

A primeira proposta dos autores diz respeito à integração inter-regional entre América do Sul e Europa. Dado que existe um impasse nas relações entre MERCOSUL e União Européia – de um lado, o entrave nos acordos comerciais entre os dois blocos nos setores agrícola e industrial, refletidos no emperramento das negociações da Rodada de Doha (PEÑA, 2008), e de outro, a necessidade de uma aproximação entre os blocos para balancear a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina – faz-se necessária a reflexão acerca de uma alternativa para a integração entre as economias sul-americanas e europeias. A solução aqui poderia estar relacionada à busca de um passo intermediário para fazer avançar as negociações entre MERCOSUL e União Européia. Assim, em vez da tentativa de integrar os dois blocos de forma completa – tendo que lidar com os interesses mais diversos por conta do grande número de países envolvidos – poder-se-ia almejar um nível menor, com menos partes envolvidas e maiores possibilidades de acordo. Por conta da proximidade histórica e cultural – além do fator relativo ao idioma – esta primeira aproximação poderia ser feita, do lado do MERCOSUL, por Brasil e Argentina (que lideram o bloco), e do lado europeu, pelos países da Península Ibérica. Esta integração regional teria uma administração menos complicada, e configuraria um grande passo em direção a uma aproximação mais aprofundada entre União Européia e MERCOSUL.

A segunda proposta é relativa à integração interna do MERCOSUL. Uma vez que Brasil e Argentina possuem economias muito maiores do que os vizinhos Uruguai e Paraguai, não faz sentido estes últimos entrarem em competição direta com os primeiros pelos grandes mercados internacionais. Além disso, não só a economia destas duas nações é menor, como sua extensão territorial também é muito inferior, o que pode acarretar problemas estruturais para o desenvolvimento de alguns setores, especialmente o setor primário. Portanto, uma opção interessante para Paraguai e Uruguai seria, no âmbito internacional, assumir posições comerciais não conflitantes com seus vizinhos, ao mesmo tempo em que seus territórios reduzidos não sejam um empecilho para seu desenvolvimento – atuando, no caso, especialmente no setor de serviços. O Uruguai, por conta de sua tradição como praça financeira internacional – “a Suíça da América do Sul”, segundo Pilling (1996), – poderia ser visto como o centro de operações financeiras e bancárias do bloco. Por fim, o Paraguai, que, além de gozar de uma posição geográfica central entre os países envolvidos, possui como característica uma economia bastante voltada para o comércio, poderia ser transformado no centro comercial oficial do MERCOSUL.

Assim, frente à idéia de uma política industrial conjunta proposta anteriormente, cada integrante do MERCOSUL assumiria uma posição única, derivada de suas características políticas, geográficas e econômicas, de forma que a soma de suas atividades comerciais fortaleça o bloco como um todo. Pelos fatores já mencionados, pode-se imaginar que, prioritariamente, a produção de bens ficaria a cargo do Brasil e da Argentina. Esta, por sua economia relativamente desindustrializada e voltada para a produção agrícola e pecuária, enfatizaria ações junto ao setor primário. O Brasil, com seu parque industrial mais desenvolvido, teria como foco o setor secundário. É preciso deixar claro que esta proposta não

contempla que cada país adote exclusivamente o posicionamento citado, principalmente por conta de questões nacionais– não se pode negar, por exemplo, a importância financeira de São Paulo para o bloco, bem como a vocação que a região sul do Brasil tem para o setor primário ou a identificação do Uruguai com a pecuária.

A idéia, aqui, é que cada nação adote um papel específico **predominante**, utilizando seus esforços para a integração e conseqüente fortalecimento do MERCOSUL como um todo. Porém, não se pode deixar de lado peculiaridades regionais de cada país, como o caso do setor primário na região Sul do Brasil, que também é altamente competitivo e compete com a produção primária Argentina. Por isso, as negociações entre os países aparecem como o fator essencial para o delineamento das ações e investimentos da economia de cada país, visando tanto o desenvolvimento interno quanto o sucesso do MERCOSUL.

Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **SML - Sistema de Pagamentos em Moeda Local**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SMLINTRO>. Acesso em: 08.11.2008.

BANCO MUNDIAL. Gross Domestic Product 2007. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>. Acesso em 05.11.2008.

BANDEIRA, Luiz A. M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na America do Sul (Da Tríplice Aliança ao MERCOSUL 1870-2003)**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. 3^a. Ed. Lisboa: LCE, 1980.

CABLE, Vincent. Overview. In: CABLE, Vincent; HENDERSON, David (Eds.). **Trade Blocs? The future of regional integration**. London: The Royal Institute of International Affairs, 1994.

CANDEAS, Alessandro W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos, **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 178-213, 2005.

CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL. **Cuadros Estadísticos Mercosur**. Disponível em <http://www.cei.gov.ar/html/mercosur.htm>. Acesso em 08.11.2008.

FLORES, Maria C. G. **O MERCOSUL nos Discursos dos Governo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRÜNDLING, Roberta D. P. **O Setor de Carne Bovina no MERCOSUL e os Efeitos de Acordos Comerciais**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. Porto Alegre, 2007.

HAGE, José A. A. **As Relações Diplomáticas entre Argentina e Brasil no MERCOSUL: princípios de hegemonia, dependência e interesse nacional no tratado de Assunção**. Curitiba: Juruá, 2004.

MAGALHÃES, João P. A. Condições para uma estratégia de desenvolvimento conjunto do Brasil e Argentina. In: CARDIM, Carlos H.; HIRST, Monica (Orgs.). **Brasil-Argentina: a visão do outro – soberania e cultura política**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

MEDEIROS, Marcelo A. A hegemonia brasileira no MERCOSUL: o efeito samba e suas conseqüências no processo institucional de integração. In: LIMA, Marcos C; MEDEIROS, Marcelo A. (Orgs.) **O MERCOSUL no limiar do século XXI**. São Paulo: Cortez, 2000.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Tratados e Protocolos do MERCOSUL**. Disponível em: <http://www.MERCOSUL.gov.br/tratados-e-protocolos>. Acessado em: 04.11.2008.

O'NEILL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs, 2007.

PEÑA, Félix. ¿Es aún posible un acuerdo Mercosur-Unión Europea? **El Cronista**, 26 de agosto de 2008.

PILLING, David. The Switzerland of South America? **Euromoney**, n. 326; p. 16, Jun 1996.

PORTO, Manuel C. L.; FLORES JR., Renato G. **Teoria e Políticas de Integração na União Européia e no MERCOSUL**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SABBATINI, Rodrigo. Multilateralismo, regionalismo e o MERCOSUL. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.29, n.1, p. 31-55, Jun. 2001.

SALVATORE, Dominick. **Economia Internacional**. 6^a Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

VALLADÃO, Alfredo. The New Tordesillas Line: the present great Latin America East-West divide. The Mercosur Chair Annual Seminar. Feb, 2008. Disponível em: http://www.chairemercosur.sciences-po.fr/index.php?option=com_content&task=view&id=109&Itemid=97. Acessado em: 08.08.2008.

VINER, Jacob. **The Customs Union Issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

WAQUIL, Paulo D. Globalização, formação de blocos regionais e implicações para o setor agrícola do MERCOSUL. **Análise Econômica, FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 1-14, Abr. 1996.